**CIDADES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS: POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIAS DE MEIO AMBIENTE E SAÚDE EM UMA ABORDAGEM DE DIREITO INTERNACIONAL E COMPARADO**

***Buccioli, Beatriz Bernardino.1; Spinieli, André Luiz Pereira.2; Souza, Letícia de Paula.3; Silva, Gabriela Fideles.4; Borges, Daniel Damásio.5***

1 Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista, e-mail: [bbbuccioli@gmail.com](mailto:bbbuccioli@gmail.com)

2 Mestrando em Direito pela Universidade Estadual Paulista, e-mail: [andre.spinieli@unesp](mailto:andre.spinieli@unesp).br

3 Graduanda em Arq. e Urbanismo pela Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: [lepaulasouza@gmail.com](mailto:lepaulasouza@gmail.com)

4 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista, e-mail: [gabriela.fideles@unesp.br](mailto:autor@gmail.com)

5 Orientador, Doutor em Direito pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, e-mail: daniel.damasio@unesp.br

**INTRODUÇÃO**

A virada do século trouxe ao Brasil significativas transformações no plano constitutivo das cidades, repercutindo diretamente na esfera do processo de urbanização e de seus desdobramentos (WESTFAL; OLIVEIRA, 2015), que englobam os níveis de acessibilidade nos espaços urbanos, o enfrentamento aos déficits de materialização dos direitos fundamentais e a participação social da construção do espaço. Compreendendo a cidade como cenário de construção da vida humana (LEFEBVRE, 2011), a qualidade da saúde física e psíquica da população possui relações e influências diretas com aspectos socioeconômicos e outros determinantes sociais da saúde (OMS, 2011a). A partir da existência de iniquidades nas cidades contemporâneas, tornam-se urgentes as intervenções sobre os marcadores da desigualdade social, a fim de perfazer espaços inclusivos, sustentáveis, saudáveis e economicamente produtivos (ANDRADE; FRANCESCHINI, 2017).

Nesse sentido, a qualidade do meio ambiente urbano desempenha um impacto indispensável à construção de cidades saudáveis e sustentáveis (OMS, 2011a), de modo que, com o processo de urbanização, esses espaços se tornaram o principal foco de vivência e trabalho. Com isso, os problemas urbanos relacionados à poluição do ar e da água, à má gestão de resíduos sólidos e dos recursos hídricos e às mudanças climáticas influenciam a qualidade de vida e, consequentemente, a saúde da população (OMS, 2011b). Ainda que a temática do direito à cidade leve em consideração a necessidade da produção de um espaço urbano justo, a fragmentação do debate direciona para o campo das exclusões e segregações sociais e urbanísticas (MELLO, 2017). Assim, a construção de cidades saudáveis e sustentáveis perpassa não apenas pelo cenário brasileiro, mas principalmente pelo protagonismo de atores internacionais, que se destacam na proposição de modelos de cidades saudáveis e sustentáveis.

Orientado pelo Professor Doutor Daniel Damásio Borges e vinculado institucionalmente à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, o projeto de extensão é composto por graduandos e pós-graduandos em Direito, Relações Internacionais, Arquitetura e Urbanismo e Análise de Políticas Públicas, cuja diversidade de áreas de conhecimento possibilita não apenas um debate multidisciplinar, mas também uma visão ampliada sobre tais políticas nos diferentes níveis federativos e no âmbito internacional. Desse modo, a proposta do projeto se encontra em consonância com os Objetivos 3 e 11 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável, que trabalham os aspectos de saúde e bem-estar e visam transformar cidades e assentamentos humanos em espaços inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, além de contribuir para a educação ambiental.

**OBJETIVOS**

O objetivo deste projeto de extensão é analisar o impacto e discutir políticas públicas, tanto em âmbito nacional, nas diferentes esferas federativas, quanto internacional, as quais visam conter os problemas ambientais e de saúde pública, a fim de maximizar o bem-estar físico e psíquico do cidadão. Além disso, o escopo do projeto se estende para o campo da análise das implicações legais envolvendo o direito internacional ambiental e brasileiro e o direito constitucional, como as regras de competência dos municípios para legislar e atuar em matéria ambiental e sanitária. Ademais, o projeto também visa compartilhar o conhecimento adquirido pelos membros com a sociedade civil.

**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**

As atividades deste projeto de extensão se iniciaram em 2019, quando o grupo de membros foi formado e os objetivos delimitados. Em 2020, em virtude da pandemia, as ações foram planejadas na modalidade virtual, a fim de possibilitar a participação de membros de outras universidades além da UNESP. A metodologia utilizada pelo projeto é a participativa, que se concretiza por meio de seminários quinzenais e rodas de conversa acerca de diferentes temas em direito ambiental e políticas públicas nacionais e internacionais, recortados com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3 e 11 da Agenda 2030. A primeira etapa dessa metodologia consistiu em apresentações realizadas por todos os membros do projeto ou convidados da sociedade civil, que trouxeram à discussão questões envolvendo aspectos ambientais e sanitários tanto regionais, com foco na cidade de Franca-SP, quanto em nível nacional e internacional. Inclusive, com abordagem de problemáticas referentes à pandemia da COVID-19, sobretudo para grupos vulneráveis e minoritários. O projeto também faz uso da metodologia comparativa, que permite compreender quais políticas públicas formuladas no cenário internacional revelam resultados positivos e que poderiam ser adequados à realidade brasileira, trazendo possibilidades semelhantes de materialização (SUBIRATS, 2008). Assim, é possível observar que a abordagem de direito internacional e comparado é realizada durante as reuniões.

A segunda etapa metodológica do projeto consistiu na elaboração de textos jornalísticos por parte dos membros acerca das respectivas temáticas que foram apresentadas ao longo da primeira etapa, expostos posteriormente em repositório eletrônico. A finalidade dessa ação é justamente divulgar o pensamento construído pelos membros e ampliar o espectro de atuação do projeto, a fim de abarcar espaços para além da universidade. Nesse sentido, a feitura dos textos levou em consideração o contato e debate com membros da sociedade civil e gestores públicos, sobretudo aqueles que atuam no campo de políticas públicas de caráter ambiental na região da cidade de Franca-SP, os quais ofereceram informações e dados específicos sobre as insuficiências desses mecanismos na promoção da saúde pública e da proteção do meio ambiente, viabilizando ao projeto a identificação dos principais problemas que envolvem a temática.

Ainda, nos últimos dois anos foi oferecido um curso de extensão aberto à comunidade junto à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP para fomentar a discussão prática sobre temas afetos às cidades saudáveis e sustentáveis, abarcando aulas sobre federalismo, meio ambiente, políticas públicas, administração urbanística e acessibilidade para pessoas com deficiência. Os debates foram liderados por professores doutores vinculados tanto à UNESP, quanto às outras universidades públicas da região ou mesmo por gestores públicos que possuem destaque em suas respectivas pesquisas e atuação de campo. Em virtude da pandemia, no ano de 2020 o curso foi realizado via plataforma digital, possibilitando a integração com alunos de universidades situadas em outras regiões do Brasil.

Dentre as temáticas discutidas nas reuniões e no curso de extensão estão: federalismo, direito internacional e políticas sanitárias; meio ambiente, serviços públicos e os desafios para a construção de uma cidade sustentável; justiça ambiental como efetivação de políticas públicas para grupos vulneráveis; mobilidade urbana e direito à cidade; acessibilidade como meio de acesso aos direitos de cidadania da pessoa com deficiência; saúde ambiental e sustentabilidade; e barragens e justiça social.

**DISCUSSÕES E RESULTADOS**

A realização das atividades descritas no tópico anterior permitiu a concretização de resultados que se alastraram em uma perspectiva multinível, não ficando estanques à produção teórica do grupo, mas atingindo a dimensão do diálogo entre universidade e sociedade civil. A consolidação do projeto possibilitou o reconhecimento teórico e a fixação de uma visão prática sobre as problemáticas ambientais e sanitárias em nível municipal, sobretudo em relação à região de Franca-SP, mas também de outros municípios sobre a perspectiva internacional. Além disso, pode-se dizer que o projeto confirmou a relação direta presente entre problemáticas ambientais e suas consequências para a saúde pública, e identificou a existência de diferentes focos de injustiça ambiental, uma vez que as populações que se posicionam socialmente em estratos de vulnerabilidade se tornam as mais atingidas pelos impactos negativos do desrespeito ao meio ambiente e de sua tutela jurídica ineficaz, abrindo margem para a intensificação dos níveis de desigualdade social. Nesse campo, destacam-se as discussões firmadas no âmbito do projeto sobre a proteção jurídico-social e a luta pela inclusão social e urbanística de catadores de materiais recicláveis e refugiados ambientais. Na condição de um terceiro elemento, consta a compreensão de que os debates acerca dos temas apresentados nas reuniões foram fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas e produção teórica dos membros, seja por meio da produção de textos jornalísticos publicados no portal eletrônico[[1]](#footnote-1), seja no desenvolvimento de projetos de iniciação científica, além de artigos e resumos expandidos para publicação em revistas e eventos. Por fim, os membros também puderam adquirir conhecimento prático e aprimorar a capacidade para serem jovens líderes, com o objetivo de devolver à sociedade o conhecimento sob forma de políticas públicas.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ainda que conte com uma construção institucional recente, o projeto de extensão em questão tem carregado consigo a preocupação acadêmica e social com os princípios da cidadania ambiental sustentável. Dessa maneira, é possível observar que o projeto é constituído, principalmente, por reuniões quinzenais, nas quais membros ou convidados fazem apresentações e são discutidas, por meio das metodologias participativa e comparativa, políticas públicas municipais brasileiras e internacionais acerca de matéria ambiental e sanitária. Igualmente, a fim de propagar o conhecimento adquirido internamente por meio das reuniões, o projeto possui um portal eletrônico, no qual as temáticas discutidas são abordadas em formato jornalístico para facilitar a compreensão do público externo, e, anualmente, realizou cursos de extensão abertos para toda a comunidade em nível de graduação e pós-graduação, perfazendo o sentido de função social da universidade.

Ademais, apesar dos afastamentos acadêmicos e sociais que vieram com a pandemia, a continuidade dos trabalhos no âmbito do projeto permitiu a inclusão de pesquisadores de áreas distintas do Direito e das Relações Internacionais, como Arquitetura e Urbanismo e Análise de Políticas Públicas, garantindo a ampliação do espectro de discussão das temáticas e a intervenção de outras compreensões. Portanto, conclui-se que o projeto de extensão Cidades Saudáveis e Sustentáveis aborda temáticas atuais e fundamentais para a sobrevivência não apenas dos seres humanos, mas também do planeta como um todo, haja vista a conexão existente entre as problemáticas ambientais e suas consequências para a saúde pública. E visa, principalmente, aprimorar as políticas públicas discutidas e compartilhá-las com a sociedade, a fim de diminuir as barreiras que separam o meio acadêmico e a sociedade civil.

**REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Elisabete Agrela de; FRANCESCHINI, Maria Cristina Trousdell. O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 3849-3858, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

MELLO, Cláudio Ari. Elementos para uma teoria jurídica do direito à cidade. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 437-462, 2017.

OMS. **Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde**. Rio de Janeiro: Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, 2011a.

OMS **Diminuindo diferenças**: a prática das políticas sobre determinantes sociais da saúde. Rio de Janeiro: Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, 2011b.

SUBIRATS, Joan *et al*. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.

WESTFAL, Márcia Faria; OLIVEIRA, Sandra Costa. Cidades saudáveis: uma forma de abordagem ou uma estratégia de ação em saúde urbana? **Revista USP**, São Paulo, v. 1, n. 107, p. 91-102, out./nov. 2015.

1. O portal pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: [www.projetodeextensaoc.wixsite.com/projetocss](http://www.projetodeextensaoc.wixsite.com/projetocss). [↑](#footnote-ref-1)